



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de fevereiro de 2022 foram visados expressamente 120 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando cerca de 246 milhões de euros.

No mesmo período houve seis recusas de visto, representando mais de três milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE FEVEREIRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	50	29,41	160 606 992,02	64,31
Visto com Recomendações	44	25,88	68 781 546,82	27,54
Declaração de Conformidade Homologada	26	15,29	16 983 411,17	6,80
Recusa de Visto	6	3,53	3 288 479,87	1,32
Outras extinções da instância (*)	44	25,88	76 791,83	0,03
TOTAL DE DECISÕES	170	100	249 737 221,71	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2022

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	98	27,68	286 363 098,87	62,94
Visto com Recomendações	72	20,34	131 704 276,23	28,95
Declaração de Conformidade Homologada	42	11,86	29 781 512,50	6,55
Recusa de Visto	7	1,98	7 085 711,87	1,56
Outras extinções da instância (*)	135	38,14	77 791,83	0,02
TOTAL DE DECISÕES	354	100	455 012 391,30	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão